

GESTÃO DO CUIDADO À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tânia Beatriz Gaspar de Souza¹.

¹Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Vitória, Espírito Santo. <http://lattes.cnpq.br/5989244251520303>

PALAVRAS-CHAVE: Atenção primária à saúde. População privada de liberdade. Minorias sexuais e de gênero.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Coletiva.

DOI: 10.47094/IICOLUBRASMU.2025/RE.4

INTRODUÇÃO

No contexto prisional, a Atenção Primária à Saúde (APS) enfrenta diversos desafios para garantir o cuidado integral às pessoas privadas de liberdade, especialmente àquelas pertencentes à população LGBTQIAPN+. Essa parcela da população é historicamente marcada por estigmas e vulnerabilidades, o que se agrava ainda mais dentro do ambiente prisional, onde o acesso à saúde é limitado e muitas vezes negligenciado (Souza et al., 2020). A ausência de políticas inclusivas e a escassez de profissionais capacitados para lidar com as especificidades dessa população contribuem para a violação de direitos e para a invisibilidade das demandas em saúde (Thomazi, Avila e Teixeira, 2022).

A população LGBTQIAPN+ em privação de liberdade vivencia múltiplas formas de discriminação, tanto por sua identidade de gênero e orientação sexual quanto pela condição de encarceramento. Essas violências simbólicas e estruturais repercutem negativamente na saúde física, mental e emocional, exigindo ações concretas e sensíveis por parte dos serviços de saúde, com foco na equidade, no respeito à identidade e na redução de danos (Silva e Alvarenga, 2024). A atuação da equipe de saúde, em especial no âmbito da APS, deve ser orientada por princípios como a humanização, a integralidade do cuidado e a valorização das subjetividades (Alves et al., 2024).

A relevância deste trabalho justifica-se na urgência de visibilizar as práticas de cuidado voltadas à população LGBTQIAPN+ em contextos de privação de liberdade, onde o acesso à saúde ainda é atravessado por preconceitos e negligência institucional. Relatar experiências concretas de enfrentamento a essas desigualdades contribui para o fortalecimento de práticas mais inclusivas e para a formação crítica de profissionais de saúde comprometidos com os princípios da equidade e dos direitos humanos. Além disso, ao compartilhar essa experiência, busca-se contribuir para a reflexão crítica sobre as práticas profissionais no sistema prisional e fortalecer a gestão do cuidado inclusivo, acolhedor e efetivo para essa população historicamente marginalizada. O relato baseia-se na minha

vivência profissional como enfermeira da Atenção Primária à Saúde (APS) em unidades prisionais masculinas de São Luís do Maranhão, durante o desenvolvimento de atividades assistenciais, educativas e de articulação intersetorial voltadas à população LGBTQIAPN+ privada de liberdade.

OBJETIVO

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada no atendimento à população LGBTQIAPN+ em uma unidade prisional, destacando os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e as lições aprendidas no processo de gestão do cuidado. Ao compartilhar essa experiência, busca-se contribuir para a reflexão crítica sobre as práticas profissionais no sistema prisional e fortalecer a construção de um cuidado mais inclusivo, acolhedor e efetivo para essa população historicamente marginalizada.

METODOLOGIA

O presente trabalho é um relato do meu primeiro ano de vivência como enfermeira atuante em uma unidade prisional masculina de São Luís do Maranhão, que abriga aproximadamente 900 internos, dos quais 52 se identificam como pessoas trans, travestis, gays, bissexuais ou pansexuais.

A prática diária revelou a necessidade de um olhar diferenciado para esse grupo, exigindo escuta ativa, acolhimento e articulação com demais setores da saúde e da gestão penitenciária. Para sustentar as reflexões apresentadas neste relato, foram utilizados referenciais teóricos e documentos técnicos voltados à saúde da população LGBTQIAPN+ e ao cuidado em ambientes prisionais, como diretrizes do Ministério da Saúde, produções científicas e normativas institucionais que dialogam com os princípios da equidade, integralidade e humanização do SUS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identifiquei que muitas pessoas LGBTQIAPN+ privadas de liberdade apresentam receio em buscar atendimento nos serviços de saúde, motivado principalmente pelo medo de discriminação e pela exposição de sua identidade. Essa vulnerabilidade compromete o acesso aos cuidados essenciais e evidencia a necessidade de ambientes mais acolhedores e seguros dentro do sistema prisional.

Além disso, a ausência de capacitações específicas para os profissionais de saúde que atuam no cárcere impacta diretamente a qualidade do atendimento prestado. Rocha e Alvarenga (2022), também destacam que a equipe não recebe o preparo necessário para compreender as demandas particulares dessa população, o que pode resultar em abordagens inadequadas ou negligência.

Para enfrentar esses desafios, ações como a implementação de educação permanente voltada para o cuidado inclusivo, o atendimento individualizado e o acompanhamento contínuo da hormonioterapia foram fundamentais. Essas práticas contribuíram para fortalecer o vínculo entre os profissionais e os internos, promovendo a confiança e garantindo a continuidade do cuidado.

Por fim, a articulação com redes externas de apoio e o uso de tecnologias, como o TeleNordeste, mostraram-se eficazes para ampliar o acesso a especialistas e recursos de saúde. Esses mecanismos facilitaram a inserção da população LGBTQIAPN+ no sistema de saúde, assegurando um atendimento mais qualificado e humanizado mesmo em contexto prisional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da APS no sistema prisional precisa ser conduzida com um olhar atento às múltiplas vulnerabilidades que atravessam a população LGBTQIAPN+. Esse grupo, muitas vezes invisibilizado dentro e fora das prisões, enfrenta barreiras para acessar serviços de saúde que respeitem suas identidades e garantam seus direitos (Souza et al., 2020). Nesse cenário, o cuidado prestado precisa ir além do atendimento sistemático, deve considerar o abandono social, afetivo e psicológico em que essas pessoas estão, quase sempre, inseridas (Silva e Alvarenga, 2024).

Enquanto enfermeira, compreendo que o cuidado só se torna verdadeiramente efetivo quando é pautado na empatia, no reconhecimento das identidades e na escuta qualificada. Estar presente, ouvir com atenção e construir vínculos de confiança foram estratégias essenciais na minha prática, permitindo intervenções mais humanas, resolutivas e significativas. Essa postura não apenas melhora a adesão ao cuidado, mas também reafirma a dignidade de pessoas historicamente excluídas.

Portanto, é necessário investir imediatamente na formação das equipes de saúde, na criação de protocolos inclusivos e no fortalecimento de estratégias de humanização que considerem as especificidades dessa população. Garantir a equidade em saúde dentro das prisões é também uma forma de reparação histórica e social. Somente com esse compromisso será possível transformar o ambiente prisional em um espaço de ressocialização ética, digna e transformadora para todos e todas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALVES, Jaiza Sammara de Araújo; SILVA, Lucicleide Leni do Nascimento. Identidade de gênero no cárcere: alocação e tratamento penitenciário destinado às mulheres transgênero no Conjunto Penal de Juazeiro-BA. *Direitos Humanos e Democracia*, Ijuí, v. 11, n. 22, p. 1-21, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2023.22.14147>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ROCHA, Felipe Coura; SAMPAIO, Juliana Vieira. Percepções de LGBTs sobre o acesso à Atenção Primária de Saúde na cidade de Guaiúba, CE. *Revista Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 99-115, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.v14i2.1284>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, Janeide Santos da; ALVARENGA, Isabela Cristina de. Saúde mental de mulheres trans em situação carcerária no estado do Pará. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 77, e20230432, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0432>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SOUZA, Paulo Roberto de; PRADO, Priscila Siqueira; VIEIRA, Daniele Rodrigues; SANTOS, Jorge Luiz. Direito à saúde das pessoas LGBTQ+ em privação de liberdade: o que dizem as políticas sociais de saúde no Brasil? *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 54-73, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17566/ciads.v9i1.586>. Acesso em: 11 jun. 2025.

THOMAZI, Guilherme Lamperti; AVILA, Simone; TEIXEIRA, Luciana Barcellos. Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 38, e22302, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22302.a>. Acesso em: 19 jun. 2025.